

Equívocos e preconceitos

HENRIQUE ZAREMBA

Em recente entrevista à revista "Time", o Presidente Fernando Collor uma vez mais reafirma seu compromisso com a economia de mercado, com a livre iniciativa e com a inserção do Brasil no Primeiro Mundo. Isto é correto, tendo em vista, principalmente, o fato singelo de que o socialismo, para resolver suas crises, teve mesmo que adotar as estratégias do capitalismo. E, dentre elas, a prevalência das leis de mercado.

Entretanto, em que pese a atualidade e o discernimento do Presidente, estas estratégias não parecem vigorar em todos os escalões do Governo. Lamentavelmente, na Educação, estes conceitos, tão corretos que mereceram elogios internacionais, não valem de nada.

A política educacional do MEC, até agora, pelo menos, vem negando todo o esforço de modernização, quando reprime a livre iniciativa, inviabilizando as escolas particulares; quando inibe a economia de mercado, através do congelamento das mensalidades e quando não oferece alternativas válidas nas chamadas escolas estatais.

Sua Excelência, o Ministro da Educação, estabelece ainda uma diferença perversa entre escola particular e escola estatal: trata a primeira como vila, porque funciona, e a segunda como indigente, porque não há verbas para a Educação.

No que diz respeito às escolas particulares, pretende Sua Excelência algo próximo de uma heresia: a livre negocia-

ção compulsória e a ditadura da ausência.

Explico: para que uma escola particular possa fazer face a suas despesas, contratando professores com melhores salários, oferecendo meios de ensino/aprendizagem modernos, com vídeos, laboratórios, bibliotecas, investindo na cultura das comunidades a que serve e muito mais, pretende o Ministro que pais, alunos e mestres se reúnam em assembleia, com quorum previsto, com a presença de autoridade do Ministério público, com tais níveis de exigências burocráticas que, no fim, se torna impossível qualquer acordo. Além disso, o Ministro estimula a que se ausente por ocasião das assembleias quem não estiver de acordo.

Ora, tal posição é desastrosa.

Não foi o capitalismo que inventou o mercado, foi o contrário.

A "livre negociação" que o Ministro quer inviabiliza o que (ainda) funciona em matéria de educar, neste país. Imagine o leitor se os hospitais resolverem estabelecer seus preços em assembleias de médicos e doentes? Se o preço dos produtos e serviços forem decididos em assembleia de consumidores? Sabemos muito bem o que significa livre negociação. Significa expressamente o embate entre oferta e procura. E assim nos países que pretendemos seguir, é assim no Primeiro Mundo.

A escola particular, que também é pública (só não é estatal), passou a ser quase a única opção em função da completa ausência de um programa coerente e adequado na

área da Educação, especialmente nos últimos vinte anos.

O Governo não deve, a não ser por engano, gastar seu precioso tempo com escolas particulares: elas não são o problema, elas são uma solução, enquanto não se faz cumprir o art. 208 da Constituição.

Na verdade, toda esta série de equívocos em torno das mensalidades não passa de um biombo para esconder o fato puro e simples de que o MEC não consegue acompanhar a agilidade do Governo Collor.

A escola pública de qualidade e gratuita tem de se tornar uma causa capaz de mobilizar a Nação, o Governo e a sociedade num esforço comum, como ocorreu nos países que hoje constituem o Primeiro Mundo.

Os baixos salários dos professores são um problema nacional. Sem remuneração decente, esta categoria está definhando e tende ao desaparecimento.

Antes de acabar com os colégios particulares, que se lhes dê liberdade, como se fez com quase toda a economia, de tal modo que apenas restam, sob controle da Sunab, 11 produtos e as mensalidades escolares.

E preciso que o Ministro Chiarelli apresente um programa conseqüente de metas para a Educação e deixe em paz quem é competente. Sob pena de estar totalmente em desacordo com a modernidade do Governo Collor.